



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 52/2023

Contratante (UASG): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Reitoria (158124)

Objeto: Prestação do serviço de seguro total de veículos pertencentes à frota do IF Goiano

Valor Total da Contratação: R\$ 254.112,79 (Duzentos e cinquenta e quatro mil e cento e doze reais e setenta e nove centavos)

Data da Sessão Pública: Dia 08/01/2024 às 8:30 h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo

Modo de disputa: Aberto e fechado

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

EDITAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2023

(Processo Administrativo nº23.216.000609.2023-53)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Reitoria, por meio da Coordenação de Compras e Licitações, sediado Rua 88, nº 310, Setor Sul – Goiânia – GO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de seguro total de veículos pertencentes à frota do IF Goiano conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

1.2.1. *A demanda do IF Goiano neste certame será de 132 (cento e trinta e dois) veículos, distribuídos em 13 grupos.*

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

1.4. *Não serão adotados nesse certame, aplicação às regras exclusividade de itens para ME/EPP, com fundamento no inciso VIII do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio*;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5.12. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.

2.5.13. Também não poderão participar corretores de seguros ou intermediários/administradores de seguros, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) parte final do caput do art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) parte final do caput do art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União - TCU nº 400/1995 - Plenário e 600/2015 - Plenário.

2.6. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a

abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor **unitário** do item e total do Grupo;

4.1.2. *Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.*

4.1.3. Quantidade cotada;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 10,00 (dez reais), para todos os itens que compõe os grupos*.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de

mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

5.20.1.1. Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo:

5.20.1.1.1. Para cada grupo de itens observada a localidade.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de um percentual de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original e por cópia ou por cópia digitalizada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é **facultativa** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante **poderá optar pela realização ou não da vistoria.***

7.10.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: licitacao@ifgoiano.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

7.10.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, **assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.***

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#))

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.ifgoiano.edu.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *para o* e-mail: licitacao@ifgoiano.edu.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.ifgoiano.edu.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Planilha

11.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III – Modelo da Proposta

11.11.4. ANEXO IV – Termo de Vistoria/Declaração de Dispensa

Goiânia, 19 de dezembro de 2023

(Assinado Eletronicamente)

Viviane Izidoro Ferreira

Coordenadora de Compras e Licitações

Vailson Batista de Freitas

Pró-reitor de Administração

Documento assinado eletronicamente por:

- Vailson Batista de Freitas, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PROAD-REI, em 20/12/2023 09:36:21.
- Viviane Izidoro Ferreira, COORDENADOR(A) - FG0001 - CCL-REI, em 20/12/2023 08:54:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 559800

Código de Autenticação: d8b7999382



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010

None



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TR nº 8/2023 - CCL-REI/DA-REI/PROAD-REI/IFGOIANO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 52/2023
(SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

(Processo Administrativo nº 23216.000609.2023-53)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de seguro total de veículos pertencentes à frota do IF Goiano, nos termos do Apêndice "A" – Resumo especificações e quantitativo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência contratual terá duração de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 (cinco) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 10651417000178-0-000001/2024;
 - II) Data da publicação no PNCP: 04/07/2023;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópica específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 4.1.1 Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

COBERTURA COMPREENSIVA:

a. Deverão estar garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados aos veículos segurados, decorrentes de:

- 1. Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;*
- 2. Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;*

3. Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
 4. Roubo ou furto total do veículo segurado;
 5. Incêndio, queda de raio ou explosão acidental do veículo segurado;
 6. Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;
 7. Atos involuntários praticados por terceiros;
 8. Inundações, alagamentos, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
 9. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
 10. Danos causados aos pneus, em caso de acidente;
- b. O segurado participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da franquia especificado na apólice, exceto nos casos de indenização integral, incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado;
- c. Para efeito de cálculo da Cobertura Compreensiva o valor do Veículo (casco) será igual a 100% do valor do veículo, conforme tabela FIPE e os valores previamente definidos (sem tabela FIPE).

RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA – RCF:

Modalidade que no caso de danos a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- a. Danos Materiais a veículos de terceiros (RCF), valor mínimo de R\$ 100.000,00;
- b. Danos Corporais a terceiros, no valor mínimo de R\$ 100.000,00. ACIDENTE

PESSOAL POR PASSAGEIRO – APP;

Modalidade que no caso de danos a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- a. Danos Materiais – R\$ 50.000,00
- b. Danos Corporais – R\$ 50.000,00

VIDROS/FARÓIS/LANTERNAS/RETROVISORES:

Substituição de vidros, lanternas, retrovisores e faróis isenta do pagamento de franquia, com proteção completa (vidros, faróis, lanternas e retrovisores) com substituição automática, sem custos ou ônus para o IF Goiano. Não deverá ser cobrada franquia para a prestação dos serviços abrangidos por esse item.

ASSISTÊNCIA 24 HORAS:

Corresponde ao deslocamento de uma assistência da CONTRATADA para atendimento a um chamado da CONTRATANTE 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços:

- a. Serviço de chaveiro;
- b. Guincho (com quilometragem livre);
- c. Em caso de acidente de qualquer natureza;
- d. Pane mecânica, elétrica ou seca;

e. Trocas de pneus. Em casos de pane (avarias) nos veículos deverá haver cobertura total sem limite de quilometragem, incluindo serviço de reboque do veículo avariado e um veículo para conduzir os ocupantes do veículo avariado.

Para cobertura das modalidades descritas acima não há pagamento de franquia.

O prazo máximo para atendimento do sinistro após o chamado pela Contratante é de até 2 horas.

O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.

A licitante vencedora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro automóvel para os veículos.

DAS FRANQUIAS:

O tipo de franquia será a normal obrigatória.

O perfil dos condutores é formado por motoristas terceirizados e servidores, devidamente habilitados, com autorização legal para conduzir veículos oficiais, devendo as propostas ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado.

A emissão da apólice será gratuita, não incorrendo qualquer tipo de custo para a Contratante.

Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Instituição à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;

O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.

No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.

Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

No caso de ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o pagamento da cobertura contratual ao CONTRATANTE.

Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a CONTRATADA deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

No caso de sinistro, será realizada vistoria pelo CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação. Em geral, a garantia do seguro deve conter:

Garantia a veículos terceiros (RCF);

Garantia de danos materiais e corporais de terceiros (APP);

Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV);

Garantia de indenização nos casos de Colisões em geral, abalroamento ou capotagem acidental;

Garantia de indenização nos casos de queda acidental de precipícios ou pontes;

Garantia de indenização nos casos de queda acidental sobre o veículo por qualquer agente que não faça parte integrante do mesmo ou não esteja nele afixado, como também, danos ao veículo consequentes de quedas transportadas pelo mesmo, desde que em decorrência de acidentes de viação, não estender como tal uma simples frenagem;

Garantia de indenização nos casos de explosão acidental, raio e suas consequências;

Garantia de indenização nos casos de acidente durante o transporte por qualquer meio apropriado;

Garantia de indenização nos casos de atos danosos praticados por terceiros;

Garantia de indenização nos casos de submersão parcial ou total de veículo em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo;

Garantia de indenização nos casos de granizo, furacão ou terremoto;

Garantia de indenização nos casos de furto ou roubo total do veículo;

Garantia de indenização nos casos de dano por tentativa ou decorrente de roubo ou furto;

Garantia de indenização nos casos de incêndio.

“Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora de Goiás, com os seguintes serviços:

a. o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b. reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;

c. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; d. transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e

e. outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Estudo Preliminar.

A seguradora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

4.1.2. Tendo em vista que os serviços estão caracterizados como de natureza não continuada. O prazo de vigência contratual terá duração de 12 (doze) meses, não prorrogável.

4.1.3. Não há necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.1.4. Conforme detalhado em tópico 5 do ETP, no formato atual de gerenciamento de frota e características peculiares das condições do IF Goiano, não há outra solução que atenda o objeto da contratação.

4.1.5. Não poderão participar da presente licitação os corretores de seguros ou intermediários, em razão da vedação constante nos seguintes diplomas legais: a) parte final do caput do art. 122 do Decreto-Lei nº 73, de 1966; b) parte final do caput do art. 100 do Decreto nº 60.459, de 1967; e c) parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto nº 59.417 de 1966, além das Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU nº 400/1995 – Plenário e 600/2015 – Plenário.

4.1.6. Os participantes da presente licitação não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/06, pois para executar a contratação requerida a licitante Contratada exercerá atividade de seguros privados, conforme disposto no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

4.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

Sustentabilidade

4.4. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares: “Conforme consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis não consta exigências aplicáveis diretamente a prestação dos serviços objeto da contratação. No entanto, cabe a contratada adotar práticas de sustentabilidade na gestão dos serviços, em conformidade com o Art.6º da IN SLTI/MP nº 01, de 19/01/10, no que couber.

4.4.1. Em análise ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU versão 2023 não constam critérios ambientais específicos para seguros.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria opcional dos veículos de cada unidade, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas, devendo para tanto, o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail licitacao@ifgoiano.edu.br. Seguem os dados dos locais de cada unidade demandante:

Campus	Endereço/Fone
IF Goiano - Reitoria	Rua 88, nº 310 - St. Sul CEP 74.085-010 - Goiânia-GO Fone: (62) 3605-3623
IF Goiano - Campus Campos Belos	Rodovia GO 118 Qd. 1-A Lt. 1 Setor Novo Horizonte Caixa Postal nº 614 CEP: 73840-000 - Campos Belos-GO Fone: (62) 3451-3506 / 3451-3386
IF Goiano - Campus Catalão	Av. Vinte de Agosto, nº 410 - St. Central CEP 75.701-010 - Catalão-GO Fone: (64) 34417400
IF Goiano - Campus Ceres	Rodovia GO-154, Km 03, s/n Caixa Postal 51, Ceres-GO CEP: 76.300-000 Fone: (62) 3307- 7100
IF Goiano - Campus Cristalina	Rua Araguaia, s/n, Loteamento 71, Setor Oeste Caixa Postal nº 166 CEP 73.850-000 - Cristalina-GO Fone: (61) 3612-8500
IF Goiano - Campus Avançado Ipameri	Avenida Vereador José Benevenuto Filho, Qd. 11 s/n, Setor Universitário CEP 75.780-000 - Ipameri-GO Fone: (64) 3491-2015 / (62) 9207-4628
IF Goiano - Campus Iporá	Avenida Oeste, nº 350, Parque União CEP 76.200-000 - Iporá-GO Fone: (64) 3674-0400
IF Goiano - Campus Morrinhos	Rodovia BR-153, Km 633, Zona Rural Caixa Posta nº 92 CEP 75.650-000 - Morrinhos-GO Fone: (64) 3413-7900
IF Goiano - Campus Posse	Rodovia GO 453, Km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, Distrito Agroindustrial CEP 73.900- 000 - Posse-GO Fone: (62) 36053698
IF Goiano - Campus Rio Verde	Rua Três, nº 10 - Conjunto Vila Verde CEP 75.909-120 - Rio Verde-GO Fone: (64) 3620-5600
IF Goiano - Campus Trindade	Av. Wilton Monteiro da Rocha, s/n, Setor Cristina II, CEP 75.389-260 - Trindade-GO Fone: (62) 3506-8000
IF Goiano - Campus Urutaí	Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5,

	CEP 75.790-000 - Urutaí-GO Fone: (64) 3465- 1900
IF Goiano - Polo de Inovação	Rodovia Sul Goiana, Km 1, CEP 75.901-970 - Rio Verde-GO Fone: 64) 992 848 993

4.8. O prazo para vistoria opcional iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.8.1. A vistoria deverá ser agendada com 48 horas de antecedência através do e-mail: licitacao@ifgoiano.edu.br

4.8.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.3. O licitante, ou o seu representante legal, deverá usar máscara e cumprir todos os protocolos exigidos no combate a COVID.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. As apólices, acompanhadas das respectivas Notas Fiscais, deverão ser entregues no endereço da Reitoria do IF Goiano, Rua 88, esquina com 88-D, Qd. F-37, Lt 32-36 - Setor Sul - Goiânia - GO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do início da vigência do contrato, podendo ser entregue em meio eletrônico.

5.1.2.2. No caso de ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o pagamento da cobertura contratual à CONTRATANTE.

5.1.2.3. No caso de sinistro, será realizada vistoria pela CONTRATADA.

5.1.2.4. Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a CONTRATADA deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

5.1.2.5. A execução dos serviços será iniciada a partir da data do início da vigência do contrato na forma que segue:

5.1.2.5.1. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina onde serão prestados os serviços, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;

b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;

c) Raio e suas consequências;

d) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

e) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

f) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

g) Submersão total ou parcial em água proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

h) Granizo;

i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, incluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros

j) Responsabilidade civil facultativa (RCF – Danos Pessoais);

k) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

l) Cobertura adicional de assistência 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, reboque ou transporte do veículo segurado (com quilometragem livre) em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, falta de combustível, transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado e transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

m) Casco: Valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE e, em casos específicos, os valores previamente definidos (sem tabela FIPE).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços previstos neste TR.

5.3. Os serviços serão prestados no período 24/7 devido especificidade de uso da frota.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão com as definições das quantidades a serem contratadas encontra-se no anexo Anexo II – Planilha Relação de Veículos do Estudo Técnico Preliminar.

5.5. Em caso de sinistro o Núcleo de Transportes, providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

5.6. O perfil dos condutores é formado por motoristas terceirizados e servidores, devidamente habilitados, com autorização legal para conduzir veículos oficiais, devendo as propostas serem apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado.

5.7. Na proposta deverão ser apresentados os valores do prêmio e franquia, individualmente para cada veículo, conforme tabela acima, sendo que, não poderão apresentar valores superiores aos estimados no Apêndice "A".

5.8. O Valor do prêmio será pago em parcela única no início do contrato. Os valores referentes à franquia, somente serão pagos em caso de sinistro na oportunidade da ocorrência.

5.9. Os veículos estão localizados em Goiás. No entanto, em razão das atividades realizadas pelas unidades do IF Goiano, os veículos são utilizados para o deslocamento de servidores e alunos em viagens a trabalho, sendo assim, o seguro deverá cobrir todo o território nacional.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#), de 2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

[7.13.](#) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

[7.14.](#) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Ato de autorização para o exercício da atividade de seguros e resseguros de veículos,-expedido conforme CIRCULAR SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* e *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* e *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* e *Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.1. Certidão de regularidade emitida pela SUSEP, dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas.

8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

8.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

8.2.1.1. Prestação de serviço de seguro de veículo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de veículos para

a contratação.

8.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

8.8.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. 9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.10. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.10.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 254.112,79 (*Duzentos e cinquenta e quatro mil e cento e doze reais e setenta e nove centavos*), conforme custos unitários apostos no anexo ao TR.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26407/158124;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 12.363.5012.20RL.0052;

IV) Elemento de Despesa: 339000;

V) Plano Interno: H20RLP01RRJ.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Goiânia, 19 de dezembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Fausto Márcio Barbosa

Responsável pelo Núcleo de Transportes

Apêndices: Apêndice “A” - Resumo especificações e quantitativo

Apêndice “B” – Estudo Técnico Preliminar

De acordo,

(Assinado Eletronicamente)

Vailson Batista de Freitas

Pró-Reitor de Administração

Processo nº 23216.000609.2023-53

TERMO DE APROVAÇÃO

Diante da necessidade de contratação dos serviços previstos, e tendo em vista a justificativa apresentada, **APROVO** o presente Termo de Referência, com todos os seus termos.

DECLARAÇÃO

DECLARO que o gasto necessário à realização do processo licitatório e a consequente contratação, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, assim como compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Goiânia, 19 de dezembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Elias de Pádua Monteiro

Reitor

Documento assinado eletronicamente por:

- Elias de Padua Monteiro, REITOR(A) - CD0001 - IFGOIANO, em 19/12/2023 13:11:24.
- Vailson Batista de Freitas, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PROAD-REI, em 19/12/2023 11:39:37.
- Fausto Marcio Barbosa, Técnico em Assuntos Educacionais, em 19/12/2023 11:28:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 558641

Código de Autenticação: baef809ced





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE CONTRATAÇÃO

1. Informações Básicas

Número do processo: 23216.000609.2023-53

2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal Goiano - IF Goiano possui uma extensa frota de veículos, tendo em vista que a instituição utiliza o modelo de gestão de transportes baseado na aquisição de veículos automotores e gestão de frota própria.

Os contratos atuais de seguros de veículos pertencentes à frota do IF Goiano, atuais, tem cobertura de risco de veículos (casco) 100% tabela FIPE; Danos materiais a veículos de terceiros, Danos corporais a terceiros, indenização por morte ou invalidez, assistência 24 horas (básica) e cobertura com substituição de vidros/lanternas/retrovisores/faróis sem ônus ao IF Goiano. Sendo os Contratos:

- a. Contrato: 204/2022 – CNPJ: 90.180.605/0001-02 Gente Seguradora S/A – vigência até 04/01/2024;
- b. Contrato: 206/2022 – CNPJ: 61.198.164/0001-60 Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais – vigência até 04/01/2024;

Os veículos são utilizados prioritariamente para movimentação de servidores em atividades como deslocamentos entre as unidades do IF Goiano, participação de reuniões, eventos ou fiscalizações de serviços e/ou obras. Da mesma forma, os veículos são utilizados para deslocamentos de alunos entre as unidades do IF Goiano, para participação de atividades educacionais, desportistas e encontros estudantis, além da realização de outras atividades pedagógicas.

Conforme dados apresentados nos relatórios de viagens dos veículos do IF Goiano, pode-se constatar diante da frota que é diversificada e utilizada para diversos tipos de demandas, seja dentro do campus, para as atividades de manutenção, seja para realização de atividades externas, visitando outras instituições que demandam a presença de equipes do IF Goiano. Considerando esta realidade, temos veículos, em algumas unidades, que tiveram rodagem média de 80 Km, bem como tivemos veículos que rodaram mais de 30 mil Km, nos anos de 2022 e também até o período de novembro de 2023.

Outra informação levantada durante os estudos preliminares, foi a utilização dos serviços de seguros no último ano, apontando que não houve sinistros com uso da franquias, mas foram utilizados os serviços de cobertura ofertados pelos planos de seguros (guincho, vidros, lanternas) para 15 veículos da frota do IF Goiano, conforme **Anexo – Planilha Informações Seguro Veicular - Contratação 2022/ 2023.**

Embora pouca utilização dos serviços, a frota de veículos do IF Goiano diante das demandas de viagens, está sujeita a ocorrência de acidentes que podem causar danos ao patrimônio público e a terceiros. Sendo assim, a contratação do seguro proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistros, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação e eventual ressarcimento a terceiros, de forma a preservar o patrimônio público, minimizar eventuais questões e ações de responsabilidade civil.

Nos últimos 15 anos, figuramos entre os países mais violentos no trânsito do mundo. O último levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2019, aponta que ocupamos o trágico quinto lugar, atrás apenas de China, Índia, Estados Unidos e Nigéria.

Segundo os pesquisadores do Ipea, que desenvolveram um estudo que avaliou a mortalidade no trânsito e as políticas adotadas no país, conforme as informações extraídas do Datasus, plataforma do Ministério da Saúde, e de ocorrências em rodovias registradas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) constatou que no Brasil, entre 2010 a 2019, ocorreram cerca de 392 mil mortes em acidentes de transporte terrestre, incluindo atropelamentos, sinistros com bicicletas, motocicletas, automóveis,

caminhonetes, caminhões, ônibus, veículos de serviço e fora de estrada.

Apesar da pandemia ter restringido a circulação de veículos, foram registradas mais de 30 mil mortes no trânsito brasileiro em 2021. Ainda que tenha uma queda de 6% em relação a 2020, o trânsito brasileiro segue extremamente violento, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde.

Neste último semestre (jan.-jun./ 2023), a Polícia Rodoviária Federal registrou 180 sinistros por dia nas rodovias federais do País. A cada dois sinistros, um deles produziu um ferido. A cada dia, somente nas estradas federais, perdemos quase cinco brasileiros (4,7) vítimas da violência no trânsito. Dos últimos cinco anos, o primeiro semestre de 2023 foi o mais violento, registrando mais de 32.000 sinistros, sendo que 848 pessoas morreram nas rodovias federais (**Comunicação - Ipea, 2023**).

Em virtude dos números alarmantes de sinistros registrados em Goiás, e tendo a Gestão do IF Goiano ciência de suas obrigações em casos de acidentes, tais como apurar causas, efeitos e responsabilidades, mesmo que deles resultem unicamente danos materiais; o que se pretende com a contratação do serviço de seguro veicular, é, em caso de ocorrência de algum sinistro, resguardar o bem-estar, proporcionar rápido atendimento e segurança aos servidores e alunos (em grande parte menores de idade) que realizam viagens a trabalho e, ou acadêmicas (viagens técnicas).

Justifica-se a presente contratação na busca de prevenção de riscos e economia para a Administração de forma parcial ou total dos sinistros ocorridos, onde o dano ao patrimônio (veículos) pode se dar de forma parcial (colisões que ocasionam danos a flandagem e/ou a pintura, e aos faróis e retrovisores) ou com perda total.

Há ainda os casos onde os danos são ocasionados a veículos de terceiros por culpa ou negligência de motorista/servidor autorizado a conduzir os veículos oficiais. Neste caso, a responsabilidade da Administração é objetiva e esta tem que arcar com os custos do dano equivalente. Estes ocorreriam às expensas do erário caso não houvesse seguro veicular, que neste caso também tem por objeto cobrir estes incidentes sem que haja contrapartida da Administração a cada novo incidente, resultando então em uma economia para os cofres públicos.

A contratação atenderá às boas práticas da administração de riscos institucionais e as demandas dos Setores de Transporte do IF Goiano, já que os veículos oficiais circulam assiduamente em locais de tráfego intenso e propensos a sinistros. Nesse contexto, justifica-se a necessidade da Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços no ramo de seguro veicular com a finalidade de manter os veículos pertencentes à frota do IF Goiano em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais, além de garantir a segurança de servidores e alunos em viagens oficiais.

3. Área requisitante

Área/Responsáveis

IF Goiano Reitoria - Núcleo de Transportes/Reitoria - Fausto Marcio Barbosa / Diretoria de Administração - Ronnie Peterson Pitaluga de Godoi.

Campus

Campus Campus Belos - Setor de Transportes/Gerência de Adm. e Planejamento – Patrícia Barcelos Pinheiro

Campus Catalão - Coordenação de Adm. e Planejamento – Edivane Cardoso da Silva

Campus Ceres - Seção de Transportes – André da Silva Matias

Campus Cristalina – Setor de Transportes – Bruno Barboza dos Santos

Campus Avançado Ipameri – Gerência de Adm. e Planejamento – Vilson Antônio de Amorim

Campus Avançado Iporá – Unidade de Transporte – Rodrigo Carneiro Rodrigues

Campus Morrinhos – Setor de Transportes – Fábio Carlos Felício Gonçalves

Campus Posse – Unidade de Transporte – Maykon Daniel Gonçalves Silva

Campus Rio Verde – Coordenação de Compras e Licitação – José Custodio Lamounier de Assis

Campus Trindade – Gerência de Administração e Planejamento – Danilo Lobo Mecnas

Campus Urutaí – Coordenação de Transporte – Glayson Cândido de Sousa

Polo de Inovação – Unidade de Transporte – Diego Azevedo Leite da Silva

4. Descrição dos requisitos da contratação

Baseados nos estudos de condições de mercado, outras contratações de órgãos públicos e contratos atuais deste objeto na instituição, apresenta-se neste tópico os requisitos da contratação mínimos necessários para atendimento da necessidade do IF Goiano.

4.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

A execução dos serviços de seguro veicular deverá atender às seguintes condições mínimas:

COBERTURA COMPREENSIVA:

a. Deverão estar garantidos por esta cobertura os danos, totais ou parciais, causados aos veículos segurados, decorrentes de:

1. Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
 2. Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
 3. Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
 4. Roubo ou furto total do veículo segurado;
 5. Incêndio, queda de raio ou explosão acidental do veículo segurado;
 6. Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;
 7. Atos involuntários praticados por terceiros;
 8. Inundações, alagamentos, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
 9. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
 10. Danos causados aos pneus, em caso de acidente;
- b. O segurado participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da franquia especificado na apólice, exceto nos casos de indenização integral, incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado;
- c. Para efeito de cálculo da Cobertura Compreensiva o valor do Veículo (casco) será igual a 100% do valor do veículo, conforme tabela FIPE.

RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA – RCF:

Modalidade que no caso de danos a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- a. Danos Materiais a veículos de terceiros (RCF), valor mínimo de R\$ 100.000,00;
- b. Danos Corporais a terceiros, no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

ACIDENTE PESSOAL POR PASSAGEIRO – APP;

Modalidade que no caso de danos a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- a. Danos Materiais – R\$ 50.000,00
- b. Danos Corporais – R\$ 50.000,00

VIDROS/FARÓIS/LANTERNAS/RETROVISORES:

Substituição de vidros, lanternas, retrovisores e faróis isenta do pagamento de franquia, com proteção completa (vidros, faróis, lanternas e retrovisores) com substituição automática, sem custos ou ônus para o IF Goiano. Não deverá cobrada franquia para a prestação dos serviços abrangidos por esse item.

ASSISTÊNCIA 24 HORAS:

Corresponde ao deslocamento de uma assistência da CONTRATADA para atendimento a um chamado da CONTRATANTE 24 horas em todo o território brasileiro, com os seguintes serviços:

- a. Serviço de chaveiro;
- b. Guincho (com quilometragem livre);
- c. Em caso de acidente de qualquer natureza;
- d. Pane mecânica, elétrica ou seca;
- e. Trocas de pneus.

Em casos de pane (avarias) nos veículos deverá haver cobertura total sem limite de quilometragem, incluindo serviço de reboque do veículo avariado e um veículo para conduzir os ocupantes do veículo avariado.

Para cobertura das modalidades descritas acima não há pagamento de franquia.

O prazo máximo para atendimento do sinistro após o chamado pela Contratante é de até 2 horas.

O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias.

A licitante vencedora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro automóvel para os veículos.

DAS FRANQUIAS:

O tipo de franquia será a normal obrigatória.

O perfil dos condutores é formado por motoristas terceirizados e servidores, devidamente habilitados, com autorização legal para conduzir veículos oficiais, devendo as propostas ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado.

A emissão da apólice será gratuita, não incorrendo qualquer tipo de custo para a Contratante.

Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Instituição à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;

O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.

No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.

Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

No caso de ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá garantir o pagamento da cobertura contratual ao CONTRATANTE.

Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a CONTRATADA deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

No caso de sinistro, será realizada vistoria pelo CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação.

Em geral, a garantia do seguro deve conter:

Garantia a veículos terceiros (RCF);

Garantia de danos materiais e corporais de terceiros (APP);

Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV);

Garantia de indenização nos casos de Colisões em geral, abalroamento ou capotagem acidental;

Garantia de indenização nos casos de queda acidental de precipícios ou pontes;

Garantia de indenização nos casos de queda acidental sobre o veículo por qualquer agente que não faça parte integrante do mesmo ou não esteja nele afixado, como também, danos ao veículo consequentes de quedas transportadas pelo mesmo, desde que em decorrência de acidentes de viação, não estender como tal uma simples frenagem;

Garantia de indenização nos casos de explosão acidental, raio e suas consequências;

Garantia de indenização nos casos de acidente durante o transporte por qualquer meio apropriado;

Garantia de indenização nos casos de atos danosos praticados por terceiros;

Garantia de indenização nos casos de submersão parcial ou total de veículo em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo;

Garantia de indenização nos casos de granizo, furacão ou terremoto;

Garantia de indenização nos casos de furto ou roubo total do veículo;

Garantia de indenização nos casos de dano por tentativa ou decorrente de roubo ou furto;

Garantia de indenização nos casos de incêndio.

“Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora de Goiás, com os seguintes serviços:

- a. o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;
- b. reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;
- c. transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- d. transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e
- e. outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Estudo Preliminar.

A seguradora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

4.2 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com a solução a ser contratada, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.1. Para fins da comprovação de qualificação técnica, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1.1.1. Prestação de serviço de seguro de veículo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de veículos para a contratação.

1.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

1.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

2. Apresentação de comprovante de regularidade junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar no mercado segurador brasileiro.

3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos a serem segurados.

3.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante

4.3 No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;

O serviço a ser contratado é de natureza continuada.

4.4 Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Conforme consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis não consta exigências aplicáveis diretamente a prestação dos serviços objeto da contratação. No entanto, cabe a contratada adotar práticas de sustentabilidade na gestão dos serviços, em conformidade com o Art.6º da IN SLTI/MP nº 01, de 19/01/10, no que couber.

4.5 Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão.

Tendo em vista que os serviços estão caracterizados como de natureza continuada. O prazo de vigência contratual terá duração de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 (cinco) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.6 Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Não há necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação do serviço de seguro para a frota de veículos, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. Levantamento de Mercado

Considerando a especificidade da necessidade apresentada no presente estudo identificamos que não há outra solução para garantir a seguridade dos veículos da frota oficial do IF Goiano, além da contratação de serviços de seguro veicular prestado por empresa especializada.

Para a aplicação de outras soluções, seria necessária a revisão do modelo de transporte utilizado atualmente, o qual contempla veículos próprios do IF Goiano. Assim, considerando o modelo de transporte atualmente adotado, a

contratação de empresa para prestação de serviços de seguridade para a frota de veículos do IF Goiano, mostra-se a única solução possível para o atendimento da necessidade apresentada no início deste estudo preliminar.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, porém não foram identificadas mudanças a serem incorporadas.

Para a contratação de serviço de seguros, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e edilícias.

Na Instituição, o último pregão realizado foi o Pregão nº 67/2022 gerenciado pela Reitoria. Um ponto relevante é o valor da despesa da contratação, conforme os dados obtidos do processo licitatório anterior, o qual apresentou valor estimado em R\$ 381.994,12 (Trezentos e oitenta e um mil e novecentos e noventa e quatro reais e doze centavos) diante da lista de 127 (cento e vinte e sete) veículos da frota. Após o certame, os valores homologados e contratados posteriormente alcançaram em R\$ 157.226,64 (Cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos).

O mercado de seguros interessados na participação de contratação pública acaba-se por limitar-se à determinadas representantes já definidas pelas seguradoras, o que acaba por reduzir a competitividade no processo licitatório. Esta afirmação, confirma-se pelas diversas tentativas de contatar possíveis interessados, realizados na fase de pesquisa de preços.

A metodologia utilizada no último pregão foi de agrupamento dos itens por lote por campus/unidade IF Goiano. O agrupamento justifica-se para melhor gerenciamento de cada unidade e acionamento direto aos serviços ora contratados, além de contar diretamente com cada equipe local envolvida nestes serviços. Os itens estabeleciam o valor fixo do seguro para 12 meses.

Durante a fase dos estudos, verificou-se a impossibilidade de utilização de tabela FIPE ou similar para cotação dos serviços para determinados veículos, conforme **Anexo – Lista de Veículos sem Cotação/FIPE**. Diante da necessidade de inclusão dos veículos informado no anexo os responsáveis pela demanda enviaram valores definidos e a metodologia utilizada. Desta forma foram solicitados os orçamentos com base nos valores definidos pela administração.

Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para atendimento da necessidade foi a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro total para os veículos automotores pertencentes à frota da Reitoria e dos campi do IF Goiano, por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços. A licitação é sistêmica, de modo a atender a todas as unidades do IF Goiano. Após finalizado o processo licitatório, a Reitoria formalizará o contrato e descentralizará aos campi/unidades o gerenciamento e acompanhamento dos serviços para os respectivos grupos de itens.

O serviço será contratado com base na lista de veículos a ser segurada, sendo um item de seguro para cada veículo e agrupados por campus, incluso cobertura de risco de veículos (casco) 100% tabela FIPE; Danos materiais a veículos de terceiros, Danos corporais a terceiros, indenização por morte ou invalidez, assistência 24 horas (básica) e cobertura com substituição de vidros/lanternas/retrovisores/faróis sem ônus ao IF Goiano. Justifica-se o agrupamento dos itens por campus em conformidade com as licitações anteriores mantendo-se assim às práticas usuais da contratação e melhor gestão contratual.

A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, tendo seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

Embora a contratação atenda mais de um campus do IF Goiano, a Administração optou-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços, e manutenção da contratação, no formato de Pregão Eletrônico convencional, gerenciada pela Reitoria com os procedimentos de contratação e pagamento realizado em uma única vez, não necessitando de maior mobilização de pessoal envolvido para estas fases. Requerendo, o envolvimento das equipes na fase de acompanhamento contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição das quantidades a serem contratadas foi obtida através do levantamento dos veículos pertencentes às unidades gestoras do IF Goiano, que necessitam de seguro. O resultado desse levantamento totaliza 132 (Cento e trinta e dois) veículos (**Anexo – Planilha Relação de Veículos**). Participam desta licitação os campi do IF Goiano, exceto o Campus Avançado de Hidrolândia, e a unidade do Polo de Inovação.

Cabe ressaltar que na licitação anterior (Pregão nº 67/2022) foram estimados 127 (Cento e vinte e sete) veículos da frota. No entanto, neste novo processo licitatório houve um aumento no quantitativo de veículos para o total de 132 (Cento e trinta e dois) devido a inclusão de veículos adquiridos no período pela Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Foram realizadas pesquisas de preços em conformidade com o previsto na Instrução Normativa nº 65/2021, da Secretaria de Gestão SEGES, com empresas especializadas em seguro de veículos.

Considerando que a cotação do seguro leva em conta as características particulares de cada veículo, entende-se não ser cabível utilizar o painel de preços e/ou contratações de outros órgãos como fonte de pesquisa de preços. Portanto, foi adotado a metodologia de pesquisa de preço junto a fornecedores e ainda os valores dos contratos atuais do IF Goiano, obtidos pela última licitação.

Conforme previsto no art. 6º da IN 65/2021 do MPDG, considerando, também, a especificidade deste tipo de contratação, o mapa de preços foi obtido utilizando a metodologia de escolha da **média** dos valores de seguro, para minimizar o efeito da variação de preços cotados. Os preços médios obtidos pelo estudo, deverão ser considerados como **valor máximo aceitável** para critérios de aceitação na licitação.

As propostas de preços, assim como o mapa de preços e a metodologia utilizada contendo a justificativas detalhadas e a consolidação dos valores serão incluídos no processo. Diante da pesquisa realizada com o mercado, o valor estimado da presente contratação é de R\$ 254.112,79 (Duzentos e cinquenta e quatro mil e cento e doze reais e setenta e nove centavos) (**Anexo – Planilha Estimativa de Preços**).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação de seguro de veículos visa atender a necessidade da Reitoria e dos campi do IF Goiano. Assim, considerando o caráter sistêmico da contratação a mesma será realizada em grupos por campus. Tal escolha deve-se, em especial, ao fato de que considerando as características, o agrupamento possibilita que a Administração obtenha ganhos de escala, coma ampliação da quantidade de veículos a serem segurados. Assim, optou-se pelo não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o que no caso em análise demonstra-se técnica e economicamente inviável, tendo em vista que a divisão por item nesta contratação apresenta-se como desvantajosa para Administração, uma vez que o agrupamento dos itens não limita a competitividade, bem como facilita a gestão do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foi identificada necessidade de contratações correlatas

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano (PDI) 2019-2023, no que compete aos objetivos estratégicos de promoção à gestão de riscos, bem como a promoção de segurança e bem-estar dos servidores.

Ademais, a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) 2024, conforme relatório nos autos. Registramos que após a licitação orienta-se promover os devidos ajustes de valores dos itens no plano em execução.

12. Resultados Pretendidos

A contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total de frota automotiva proporcionará maior segurança ao patrimônio do IF Goiano. Evitando se perdas maiores de numerários em eventuais sinistros, possibilitará maior agilidade na recuperação dos veículos em oficinas especializadas, bem como o eventual ressarcimento a terceiros, e sendo o valor a ser disponibilizado a fim de ressarcimento ou indenização superior ao valor do prêmio, a contratação de seguros é um serviço preventivo que almeja economicidade em casos fortuitos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequações do ambiente por se tratar de um serviço que não necessita de utilização das instalações do IF Goiano.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de:

- a) adequação do ambiente físico, uma vez que não haverá prestação de serviço nas dependências da contratada;
- b) capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, uma vez que a Administração já possui experiência com relação a esse objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável e razoável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

O presente estudo foi realizado pelos servidores nomeados pela Portaria nº 3118/2023 IF Goiano.

Ordem	Nome	Cargo/Função	Despacho/Portaria
1	Fausto Márcio Barbosa	Téc. em Assuntos Educacionais	Equipe de Planejamento - Integrante requisitante
2	Ronnie Peterson Pitaluga Godoi	de Diretor de Administração	Equipe de Planejamento - Integrante requisitante
3	Viviane Izidoro Ferreira	Coordenadora de Compras e Licitações	Equipe de Planejamento - Integrante administrativo
4	Kennia Barbosa Machado	Tecnólogo-formação	Equipe de Planejamento - Integrante administrativo

(Assinado Eletronicamente)

Fausto Márcio Barbosa

Matrícula/SIAPE: 2514822

(Assinado Eletronicamente)

Viviane Izidoro Ferreira

Matrícula/SIAPE: 1728729

De acordo,

(Assinado Eletronicamente)

Vailson Batista de Freitas

Pró-Reitor de Administração

TERMO DE APROVAÇÃO

Declaro aprovado o Estudo Técnico Preliminar, com todos os seus termos, em conformidade com o Art. 14 do Decreto 10.024/2019.

Goiânia, 18 de dezembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

Elias de Pádua Monteiro

Reitor

IF Goiano – Reitoria

Lista de Anexos

Anexo – Lista de Veículos sem Cotação/FIPE

Anexo – Planilha Relação de Veículos

Anexo – Planilha Estimativa de Preços

Anexo – Planilha Informações Seguro Veicular - Contratação 2022/ 2023

Obs: Os documentos da lista (anexos) estão nos autos do processo eletrônico e deverão ser anexados também ao Sistema SIASG no ETP Digital.

Documento assinado eletronicamente por:

- Fausto Marcio Barbosa, Técnico em Assuntos Educacionais, em 19/12/2023 11:01:33.
- Elias de Padua Monteiro, REITOR(A) - CD0001 - IFGOIANO, em 19/12/2023 08:17:56.
- Vailson Batista de Freitas, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PROAD-REI, em 19/12/2023 07:15:16.
- Viviane Izidoro Ferreira, COORDENADOR(A) - FG0001 - CCL-REI, em 18/12/2023 17:00:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 558683

Código de Autenticação: 127c79d03f



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010

None



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

MINUTA

CONTRATO N° xx/xxxx

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/...., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO O INSTITUTO FEDERAL GOIANO E A EMPRESA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIANO, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, com sede a Rua 88, nº. 310, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74.085-010, inscrita no CNPJ sob o nº 10.651.417/0001-78, neste ato representada por seu Reitor **ELIAS DE PÁDUA MONTEIRO**, no uso de suas atribuições legais, conferida pelo Decreto de 13 de março de 2020, publicado no DOU de 16 de março de 2020 e considerando a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23216.000609.2023-53** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciada.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de seguro total de veículos pertencentes à frota do IF Goiano, nos termos do Apêndice “A” – Resumo especificações e quantitativo da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Objeto da contratação:

1.2. Itens conforme planilha com relação de veículos anexa;

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados do(a), prorrogável por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É vedada, ainda, a participação de empresas de corretagem na execução dos serviços, bem como o pagamento de quaisquer despesas com eventual excedente técnico, tais como taxa de corretagem, assistência técnica ou administração de seguros, em atenção aos princípios da economicidade e da supremacia do interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s)

definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *15 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa**:

- 1.
2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5 a 10% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provieram para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS AMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária Goiânia - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Goiânia, 18 de dezembro de 2023 .

ELIAS DE PÁDUA MONTEIRO
INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CONTRATANTE

NOME REPRESENTANTE
NOME EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: Juliana Hernandez Correia
SIAPE: 2279564

NOME: Ronnie Peterson Pitaluga de Godoi
SIAPE: 1441132

NOME: Vailson Batista de Freitas
SIAPE: 2103226

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Reitoria
Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010
None



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO IF GOIANO Nº 52/2023

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO: 23216.000609.2023-53

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 52/2023

1. NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

OBJETO:

2. VALOR GLOBAL POR EXTENSO: R\$ (XXXXX)

3. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (ANEXO)

(CONFORME IN Nº 05/2018 SEGES/MPDG)

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO.

5. DECLARAÇÕES:

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

a. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao IF Goiano responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros e tem pleno conhecimento dos termos do edital

e seus anexos.

b. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s), administrador(es), bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) servidor(es) do IF Goiano e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por

consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com:

- servidores detentores de cargo comissionado que atuem em área do IF Goiano com gerenciamento sobre a Ata de Registro de Preços ou sobre o serviço objeto da presente licitação;

- servidores detentores de cargo comissionado que atuem na área demandante da licitação;

- servidores detentores de cargo comissionado que atuem na área que realiza a licitação;

- autoridade do IF Goiano hierarquicamente superior às áreas supra mencionadas.

c. Que não tem e que não contratará prestadores para a execução de serviço objeto desta licitação com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidor do IF Goiano que exerça cargo em comissão ou função de confiança:

- em área do IF Goiano com gerenciamento sobre a Ata de Registro de Preços ou sobre o material objeto da presente licitação;

- na área demandante da licitação;

- na área que realiza a licitação.

d. Que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, embalagens, seguros, emissão de laudos e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;

e. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão IF Goiano nº 05/2018.

f. Que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão IF Goiano nº 05/2018.

g. Estar ciente da obrigação de comunicar a ocorrência de qualquer evento posterior à última atualização ou inscrição no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF.

h. Que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

i. Que a proposta apresentada para participar do Pregão IF Goiano nº 05/2018 em epígrafe foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação por qualquer meio ou qualquer pessoa.

j. Que a intenção de apresentar a proposta para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

k. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a participar ou não da presente licitação.

l. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste pregão não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

m. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da IF Goiano, antes da abertura oficial das propostas.

n. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Goiania, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/CNPJ

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010

None



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

ANEXO IV - Modelo de Termo de Vistoria/ Declaração Dispensa Vistoria

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, que, por intermédio do(s) Sr(s) _____, Identidade n.º _____, responsável(is) técnico(s) indicado(s) para a licitação em comento, do licitante _____, CNPJ/MF n.º _____, foi vistoriada a área onde se localizam o imóvel objeto desta licitação, para aferição dos locais/equipamentos onde serão realizados os serviços, condições técnicas e operacionais, quantidades, equipamentos e técnicas necessárias ao perfeito e integral desenvolvimento/execução dos serviços e previmos, na planilha orçamentária apresentada, todos os custos inerentes à execução do objeto deste Edital. Que somos detentores de todas as informações relativas à sua execução. Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração das condições do contrato que viermos a celebrar, caso nossa empresa seja a vencedora.

Local e data

Assinatura e carimbo do representante legal, com nome completo.

Assinatura e carimbo do responsável do IF Goiano

OU

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico _____, a opção de não realização da vistoria no ambiente técnico da CONTRATANTE e que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades locais inerentes à natureza do trabalho, que assumo total responsabilidade por este fato e que não utilizarei deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este IF Goiano. E me comprometo a prestar fielmente os serviços, com qualidade necessária, nos termos do Edital e de seus Anexos.

XXXXXX, ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do representante legal, com nome completo.

Nome legível: xxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxx

CNPJ/Empresa: xxxxxxxx

Endereço: xxxxxx

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Reitoria

Rua 88, 310, Setor Sul, GOIANIA / GO, CEP 74.085-010

None



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Apêndice "A" - Resumo especificações e quantitativo

GRUPO 1 - REITORIA										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
1	COBALT 1.8 LT	CHEVROLET	2014	2015	ONY-8796	O1065189319	9BGJB6920FB122412	FLEX	22764	R\$ 1.293,34
2	COBALT 1.8 LT	CHEVROLET	2014	2014	ONY-8916	O1075001959	9BGJB6920EB271955	FLEX	22764	R\$ 1.271,74
3	FUSION V6 FWD	FORD	2011	2012	OMQ-6957	OO500720410	3FAHP0JG0CR214474	GASOLINA	22764	R\$ 1.311,56
4	AMAROK CD 4X4 TREND	VOLKSWAGEN	2012	2013	OMI-7121	OO504135635	WV1DB42H8DA002123	DIESEL	22764	R\$ 2.104,38
5	AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2014	2014	ONG-2968	O1031123102	WV1DB42H7EA043120	DIESEL	22764	R\$ 2.094,31
6	TRAILBLAZER LTZ D4A	CHEVROLET	2014	2015	OOA-4318	O1038086210	9BG156MK0FC415944	DIESEL	22764	R\$ 2.276,00
7	413 CDI SPRINTERM	MERCEDES BENZ	2011	2012	OGK-5861	OO421024461	8AC904663CE054697	DIESEL	22764	R\$ 2.591,68
8	FUSION	FORD	2012	2012	JJL-6J87	OO492351724	3FAHP0JA5CR317949	GASOLINA	22764	R\$ 1.662,92
9	L-200 TRITON GLS	MITSUBISHI	2023	2024	SDI4E85	1358499613	93XSYKL1TRCP70349	DIESEL	22764	R\$ 3.825,23

GRUPO 2 - CAMPUS CAMPOS BELOS										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
10	AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONQ1A27	596512767	WV1DB42HXEA002321	DIESEL	22764	R\$ 1.913,65
11	GM CAPTIVA SPORT 2.4	CHEVROLET	2014	2015	PQB8A23	1043922480	3GNAL7EK9FS514713	GASOLINA	22764	R\$ 1.510,20
12	DUSTER 20 D 4X2	RENAULT	2016	2017	QBZ6G84	1100921262	93YHSR3JAHJ475920	FLEX	22764	R\$ 1.252,24

GRUPO 3 - CAMPUS AVANÇADO CATALÃO										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
13	LÍNEA ESSENCE DUALOGIC	FIAT	2012	2012	OGW2164	470117354	9BD1105BCC1552027	FLEX	22764	R\$ 950,02
14	PÁLIO WEEKEND ADVENTURE	FIAT	2005	2006	GMF4727	873361946	9BD17309C64165693	FLEX	22764	R\$ 878,96
15	CORSA SEDAN MAXX	CHEVROLET	2007	2007	IAC9143	914400711	9BGXH19G07B222804	FLEX	22764	R\$ 879,01
16	ÔNIBUS MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	MPOLO	2013	2014	ONZ8C31	993842364	93PB58M1MEC049234	DIESEL	22764	R\$ 4.394,12

GRUPO 4 - CAMPUS CERES										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
17	CAMINHÃO – 8140	VOLKSWAGEN	1994	1994	KBL-4667	621707481	9BWWTAT65RDB73658	DIESEL	22764	R\$ 1.995,65
18	CAMINHÃO 12140H	VOLKSWAGEN	1994	1995	KBP-8271	629390932	9BWXTACM1RDB84082	DIESEL	22764	R\$ 2.075,82
19	CAMINHONETE L200 TRITON 3.2	MITSUBISHI	2012	2012	OGZ-9464	471152587	93XJNK8B8TCCC50291	DIESEL S10	22764	R\$ 1.994,05
20	COROLLA XEI	TOYOTA	2004	2005	JFP-9J96	843212144	9BR53ZEC258577907	GASOLINA	22764	R\$ 1.075,43
21	DOBLO ESSENCE 1.8 FLEX	FIAT	2011	2011	OGV-6856	393054560	9BD119609C1088158	FLEX	22764	R\$ 1.237,51
22	DUCATO MINIBUS	FIAT	2011	2012	OGO-6841	430091311	93W245L34C2086725	DIESEL S10	22764	R\$ 2.098,76
23	FLUENCE DYN 20M	RENAULT	2014	2015	ONS-4298	1036254825	8A1LZLH06FL402799	FLEX	22764	R\$ 1.234,68
24	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	FIAT	2012	2013	OGQ-9002	477704832	9BD1105BCD1552602	FLEX	22764	R\$ 1.083,20
25	MICROONIBUS MARCOPOLO V8L 4X4 EO	VOLARE	2013	2014	ONZ-2373	1006690368	93PB58M1MEC049263	DIESEL S10/ARLA 32	22764	R\$ 3.320,47
26	MICROONIBUS MARCOPOLO W9 ON	VOLARE	2009	2009	NLL-1121	124772749	93PB40E3P9C028988	DIESEL S10	22764	R\$ 2.556,07
27	PALIO WEEK ELX FLEX	FIAT	2006	2006	JKH-6731	875637507	9BD17301A64167198	FLEX	22764	R\$ 989,10
28	307SD 20S	PEUGEOT	2007	2008	DJP-1F35	954907540	8AD3DRFJ48G022845	GASOLINA	22764	R\$ 1.034,97
29	SAVEIRO ROBUST	VOLKSWAGEN	2017	2018	QMQ – 3911	1125442511	9BWJB45U9JP024216	FLEX	22764	R\$ 1.548,96
30	FH 400	VOLVO	2004	2004	ALV-9F16	830457313	9BVA4CMA24E704247	DIESEL	22764	R\$ 3.709,62
31	BAÚ DA CARRETA	VOLVO	2000	2000	ADZ-0A23	740287206	9A9FR3763YCD85306	-	22764	R\$ 1.660,17
32	400 RS	MERCEDES BENZ	1995	1995	KBU-6373	631843221	9BM664126SC081351	DIESEL	22764	R\$ 2.358,76
33	K113 CL	SCANIA	1997	1997	KCS-8E62	668498340	9BSKC4X2BT3466146	DIESEL	22764	R\$ 2.431,78
34	MASTER 13M3	RENAULT	2007	2007	NGX-7B87	937171441	93YADCUL57J892550	DIESEL	22764	R\$ 2.190,43

GRUPO 5 - CAMPUS CRISTALINA										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
35	AMAROK	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONQ-1047	596513070	WV1DB42H1EA004510	DIESEL	22764	R\$ 1.959,79
36	HILUX CD 4x2	TOYOTA	2009	2009	EYW-3B38	450352358	8AJER32GX94028481	DIESEL	22764	R\$ 1.951,86
37	SPRINTER 415 CDI	MERCEDES-BENZ	2015	2016	HSU-8982	1063861036	8AC906633GE109324	DIESEL	22764	R\$ 2.630,62
38	ACCELO 815	MERCEDES-BENZ	2013	2013	OOC-3601	994627467	9BM979026DS019319	DIESEL	22764	R\$ 3.282,06
39	STRADA	FIAT	2021	2021	RCC-9C02	1259326516	9BD281A22MYV95592	FLEX	22764	R\$ 1.606,58
40	COROLLA	TOYOTA	2013	2014	MLX-7C98	992401976	9BRBD48E72629912	FLEX	22764	R\$ 1.336,33
41	L200 TRITON	MITSUBISHI	2018	2019	BCR-3J42	1175454521	93XLJL1TKCJ16294	DIESEL	22764	R\$ 2.281,80
42	BUSSCAR J B 400 R	SCANIA	2006	2007	INQ-5B53	910258015	9BSK6X2B073596789	DIESEL	22764	R\$ 3.943,77
43	VOLARE WL ON	MARCOPOLO	2014	2014	ONZ-1723	998156175	93PB68N36EC051653	DIESEL	22764	R\$ 3.578,17
44	TRAIBLAZER	CHEVROLET	2018	2018	QAB-5823	1163024802	9BG156FKOJC446717	DIESEL	22764	R\$ 3.597,34

GRUPO 6 - CAMPUS AVANÇADO IPAMERI										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
45	FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	FIAT	2005	2005	GMF-4545	847251039	9BD17309C54131621	FLEX	22764	R\$ 1.027,49
46	FIAT/LINEA ESSENCE DUAL	FIAT	2012	2012	OGW-2134	470115882	9BD1105BCC1551752	FLEX	22764	R\$ 1.096,32
47	VOLKS/COMIL PIA M	VOLKSWAGEN	2000	2000	MBX-3649	747658730	9BWW2RF62YRY11456	DIESEL	22764	R\$ 2.010,94
48	FIAT/LINEA ESSENCE DUAL	FIAT	2012	2012	OGW-2094	470114401	9BD1105BCC1552029	FLEX	22764	R\$ 1.112,00

GRUPO 7 - CAMPUS IPORÁ										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
49	AMAROK CD 2.0 TDi 4X4	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONH0H87	594287278	WV1DB42H7EA003474	DIESEL	22764	R\$ 2.038,16
50	FRONTIER	NISSAN	2015	2016	PQM4C82	1083327124	94DVCUD40GJ114326	DIESEL	22764	R\$ 2.224,19
51	D-20	CHEVROLET	1988	1988	KBJ7B71	122068459	9BG258NNKJC008780	DIESEL	22764	R\$ 1.514,54
52	DOBLO ESSENCE 1.8	FIAT	2012	2012	OGR6H32	477868460	9BD119609C1093605	FLEX	22764	R\$ 1.279,31
53	GOL MI 1.6	VOLKSWAGEN	1998	1999	JFP0H71	703564382	9BWZZZ373WT120540	GASOLINA	22764	R\$ 966,33
54	LINEA ESSENCE 1.8	FIAT	2012	2012	OHA2J26	476392500	9BD1105BDC1552363	FLEX	22764	R\$ 1.106,29
55	MICRO-ÔNIBUS VOLARE V8L	MARCOPOLO	2013	2014	ONQ1H21	991938429	93PB58M1MEC049264	DIESEL	22764	R\$ 3.127,14
56	ÔNIBUS ANDARE R 850	VW/ MARCOPOLO	2011	2012	OGLOI24	466913729	9532B82Z9CR235263	DIESEL	22764	R\$ 4.094,38
57	PALIO ADVENTURE LOCKER 1.8	FIAT	2010	2010	NVP8F43	222537868	9BD17309TA4311851	FLEX	22764	R\$ 1.132,65
58	RANGER XL 3.0	FORD	2009	2010	HLU4H49	167634801	8AFER13P5AJ263664	DIESEL	22764	R\$ 1.594,38
59	SPRINTER 413	MERCEDEZ BENZ	2011	2011	OGK5I71	421025360	8AC904663BE051704	DIESEL	22764	R\$ 2.323,72
60	RAV4	TOYOTA	2015	2015	QAA1F27	1050238319	JTMDD4EV6FD077331	FLEX	22764	R\$ 2.535,40
61	CG 125 FAN	HONDA	2007	2007	NGZ4564	920552536	9C2JC30707R174920	GASOLINA	22764	R\$ 936,29

GRUPO 8 - CAMPUS MORRINHOS										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
62	ONIBUS COMIL 48 PASSAGEIROS	VW/ COMIL	2006	2006	NGB-4696	8982213770	9BWHJ82Z26R629814	DIESEL	22764	R\$ 2.662,22
63	FIAT PALIO 1.8 ADVENTURE	FIAT	2009	2010	NLJ-7345	158861353	9BD17309TA4288749	FLEX	22764	R\$ 1.116,97
64	MERCEDES BENS SPRINTER	MERCEDES	2010	2011	NLL-3228	267099690	8AC904663BE039698	DIESEL	22764	R\$ 2.323,72
65	PEUGEOT 408 ALLURE SEDAN	PEUGEOT	2011	2012	OGR-0805	473235056	8AD4DRFJWCG040468	FLEX	22764	R\$ 1.176,10
66	FORD FOCUS SEDAN	FORD	2012	2012	OGR-0813	462905667	8AFTZZFFCCJ011480	FLEX	22764	R\$ 1.155,21
67	VOLKSWAGEN AMAROK	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONN-7927	595952895	WV1DB42H1EA004927	DIESEL	22764	R\$ 2.116,54
68	ÔNIBUS MARCO POLO VOLARE 26 PASSAGEIROS	VOLARE	2013	2014	OOA-8261	994173733	93PB59N1MEC049262	DIESEL	22764	R\$ 2.827,11
69	ÔNIBUS MARCO POLO VOLARE 35 PASSAGEIROS	VOLARE	2014	2014	OOB-7412	994173733	93PB68N36EC051654	DIESEL	22764	R\$ 3.447,54
70	GM D20 – GABINE DUPLA	CHEVROLET	1996	1996	GBG-0170	655415262	9BG258NATTC001057	DIESEL	22764	R\$ 1.712,43
71	RENAUT MEGANE	RENAUT	2007	2008	JJE-7A91	950046353	93YLM2N368J957693	GASOLINA	22764	R\$ 1.022,43
72	RENAUT MEGANE 1.6	RENAUT	2011	2012	JIL-7B91	406471231	93YKM263HCJ142377	FLEX	22764	R\$ 1.312,62

GRUPO 9 - CAMPUS POSSE										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
73	ÔNIBUS O 400 R	MERCEDEZ	1995	1996	JFO-9083	652186645	9BM664105SC083398	DIESEL	22764	R\$ 2.289,81
74	MICROONIBUS VOLARE V8L 4X4 EO	MARCOPOLO	2014	2015	PQH4493	1057484170	93PB58M1MFC054875	DIESEL	22764	R\$ 3.250,51
75	AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEM	2013	2014	ONQ1097	596513577	VV1DB42HXEA002125	DIESEL	22764	R\$ 2.083,86
76	COBALT 1.8 LT	CHEVROLET	2014	2015	ONY8926	1075002866	9BGJB6920FB122440	GASOLINA	22764	R\$ 1.293,34
77	FRONTIER 4X2 XE	NISSAN	2004	2004	NFE4193	823350118	94DCMGD224J491129	DIESEL	22764	R\$ 1.453,80
78	CAMINHÃO MERCEDES 1113	MERCEDES	1983	1983	DJP3C05	425697789	34403212623887	DIESEL	22764	R\$ 2.364,57

GRUPO 10 - CAMPUS RIO VERDE										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
79	M. BENZ/ATEGO	M. BENZ	2011	2011	JJL1479	47455542	9BM958074BB814191	DIESEL	22764	R\$ 3.045,36
80	RANGER 2.2 6 SPEED	FORD	2020	2019	RBN1F71	123482568	8AFAR23N4LJ168809	DIESEL	22764	R\$ 2.261,51
81	VOLARE WL	VOLARE	2014	2014	ONW-7854	100738173	93PB68N36EC051637	DIESEL	22764	R\$ 3.552,04
82	VOLARE V8L 4 X 4	VOLARE	2014	2013	ONR-6481	992346983	93PB58M1MEC049289	DIESEL	22764	R\$ 2.905,49
83	I/GM CAPTIVA SPORT 2.4	GM	2014	2014	ONW-5494	1011016556	3GNAL7EK6ES618610	GASOLINA	22764	R\$ 1.519,24
84	FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	FIAT	2010	2010	NVT-1191	210090936	98D17309TA4320443	FLEX	22764	R\$ 1.132,65
85	FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	FIAT	2010	2009	NVT-1181	210090693	98D17309TA4308912	FLEX	22764	R\$ 1.132,65
86	I/FORD RANGER XL CD4 22C	FORD	2020	2019	RBN1F81	1234823516	8AFAR23N9LJ172144	DIESEL	22764	R\$ 2.261,51
87	I/FORD RANGER XL CD4 22C	FORD	2020	2019	RBN7F11	1234827597	8AFAR23N8LJ177397	DIESEL	22764	R\$ 2.261,51
88	M.BENZ/O 400 RS	M. BENZ	1996	1995	KBX1453	632147296	9BM664126SC081349	DIESEL	22764	R\$ 2.369,21
89	FIAT/DUCATO M BUS RONTAN	FIAT	2013	2012	OMV1076	497429284	93W245H34D2107505	DIESEL	22764	R\$ 2.147,51
90	FIAT/DUCATO MINIBUS	FIAT	2002	2002	KEO3096	782689515	93W23159121006181	DIESEL	22764	R\$ 1.688,99
91	MARCOPOLO/VOLARE V8L ON	VOLARE	2014	2014	ONT2502	997754737	93PB43M32EC051172	DIESEL	22764	R\$ 2.748,73
92	I/RENAULT KGOO EXPRESS16	RENAULT	2012	2011	OGO3403	462013537	8A1FC1415CL997240	FLEX	22764	R\$ 1.353,26
93	M.BENZ/L 608 D	M. BENZ	1985	1985	KBJ0358	121599736	30830212680018	DIESEL	22764	R\$ 1.752,49
94	IVECO/VERTIS 90V18	IVECO	2014	2013	O0B4053	1007286196	93ZA90D00E8561978	DIESEL	22764	R\$ 2.938,03
95	MMC/L200 TRITON 3.2 D	MITSUBISHI	2013	2013	ONJ3282	533934540	93XJNKB8TDC069547	DIESEL	22764	R\$ 2.048,25
96	I/VW AMAROK CD 4X4 TREND	VOLKSWAGEN	2012	2012	OGS1585	473526751	VV1DB2HXCA045389	DIESEL	22764	R\$ 1.898,79
97	MMC/PAJERO DAKAR D	MITSUBISHI	2012	2012	NOB3D74	468331522	93XJNKH8WCCC04763	DIESEL	22764	R\$ 1.824,13
98	I/VW AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONQ7577	596644795	VV1DB42H0EA002697	DIESEL	22764	R\$ 2.083,86
99	I/VW AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2013	2014	ONQ7797	596647328	VV1DB42H6EA006608	DIESEL	22764	R\$ 2.083,86

GRUPO 11 - CAMPUS TRINDADE										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
100	COBALT 1.8 LT	CHEVROLET	2014	2015	ONY8836	1075000731	9BGJB6920FB122357	FLEX	22764	R\$ 1.303,79
101	ETIOS SD XLS	TOYOTA	2014	2015	ONJ6408	1031753920	9BRB29BT1F2066903	FLEX	22764	R\$ 1.249,05
102	ETIOS SD XLS	TOYOTA	2014	2015	ONJ6498	1031755869	9BRB29BT3F2066840	FLEX	22764	R\$ 1.249,05
103	VOLARE WL ON	MARCOPOLO	2014	2015	ONO9588	1034957918	93PB68N36FC055407	DIESEL	22764	R\$ 3.580,20

GRUPO 12 - CAMPUS URUTÁI										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
104	AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2014	2014	OZW-8418	1006275905	WV1DB42HXEA034914	DIESEL	22764	R\$ 2.068,19
105	AMAROK CD 4X4 TREND	VOLKSWAGEN	2012	2012	OGO-8464	00468136169	WV1DB42H1CA045734	DIESEL	22764	R\$ 2.039,87
106	AMAROK CD 4X4 SE	VOLKSWAGEN	2014	2014	ONX-9123	01006275905	WV1DB42HXEA034914	DIESEL	22764	R\$ 2.068,19
107	BANDEIRANTE	TOYOTA	1990	1990	KBK-9893	00122012380	9BR0J0040L1007659	DIESEL	22764	R\$ 1.140,61
108	D-20 CUSTON S	CHEVROLET	1994	1994	KBY4F34	00633869848	9BG244NARRC029302	DIESEL	22764	R\$ 1.560,03
109	X-TERRA 2.8 SE	NISSAN	2006	2006	JJE-4307	00915984261	94DTEND227J763873	DIESEL	22764	R\$ 1.497,74
110	DUCATO MINIBUS	FIAT	2011	2012	OGJ-1573	00460347454	93W245L34C2091405	DIESEL	22764	R\$ 2.114,44
111	WL ON	MARCOPOLO/ VOLARE	2014	2014	OOA-0952	00999887777	93PB68N36EC051636	DIESEL	22764	R\$ 3.457,99
112	PIA O	AGRALE/COMIL	2009	2010	NKW-1307	00183583140	9BYC22Y1SAC004891	DIESEL	22764	R\$ 2.403,05
113	O-400 RS	MERCEDES BENZ	1995	1995	KBY-4574	00633870382	9BM664126SC081363	DIESEL	22764	R\$ 2.280,39
114	ONIBUS GRANVIA O	VOLKSWAGEN/MASC A	2006	2006	JKH-8243	00901752770	9BWHB82Z36R633173	DIESEL	22764	R\$ 2.828,36
115	VW 12.140 H	VOLKSWAGEN	1995	1996	KCH-3201	00647880547	9BWXTACM7SDB91219	DIESEL	22764	R\$ 2.063,39
116	LINEA 16V	FIAT	2009	2009	NLK-5121	00124588387	9BD11055691506068	FLEX	22764	R\$ 1.059,44
117	LINEA ESSENCE 1.8	FIAT	2012	2013	OGV-8109	00487615581	9BD1105BDD1553927	FLEX	22764	R\$ 1.123,25
118	LINEA ESSENCE 1.8	FIAT	2012	2013	OGU-8949	00487517784	9BD1105BDD1554131	FLEX	22764	R\$ 1.123,25
119	SIENA ESSENCE 1.6	FIAT	2011	2011	NWG-6824	00311495630	9BD17277EB3590536	FLEX	22764	R\$ 1.107,10
120	DOBLÔ ESSENCE 1.8	FIAT	2011	2012	NLD-3449	00339534052	9BD119609C1084902	FLEX	22764	R\$ 1.279,31
121	PALIO WK ADVEN FLEX	FIAT	2009	2010	NLM-6705	00161366686	9BD17309TA4289239	FLEX	22764	R\$ 1.132,65
122	KOMBI	VOLKSWAGEN	1991	1992	KCC-8948	00113600283	9BWZZZ23ZMP016339	GASOLINA	22764	R\$ 1.239,83
123	XTZ 125 E	YAMAHA	2009	2009	NLN-3597	00194827801	9C6KE125090011514	GASOLINA	22764	R\$ 1.122,19
124	CG TITAN ES	HONDA	2000	2000	KDZ-2082	00731057694	9C2JC3020YR003446	GASOLINA	22764	R\$ 835,97
125	UNO MILLE ECONOMY	FIAT	2012	2013	JJL-1929	00478020520	9BD15822AD6730575	FLEX	22764	R\$ 1.067,80
126	UNO MILLE ECONOMY	FIAT	2012	2013	JJL-1939	00478018070	9BD15822AD6730619	FLEX	22764	R\$ 1.067,80
127	ECOSPORT XLT	FORD	2005	2006	NGA-2521	00874596076	9BFZE16F168743745	GASOLINA	22764	R\$ 1.042,73
128	PARATI 1.6	VOLKSWAGEN	2008	2009	NIJ-5702	00955896410	9BWD805W38T169468	FLEX	22764	R\$ 1.053,11
129	PARATI 1.6	VOLKSWAGEN	2008	2009	NIJ-5732	00955897564	9BWD805W48T191575	FLEX	22764	R\$ 1.053,11
130	GOL 1.6 POWER	VOLKSWAGEN	2005	2006	CMW-9H43	00863823246	9BWC805X35P149519	FLEX	22764	R\$ 1.162,33

GRUPO 13 - POLO DE INOVAÇÃO										
ITEM	MODELO	MARCA	ANO FAB	ANO MODELO	PLACA	CÓD.RENAVAM	CHASSI	TIPO COMBUSTÍVEL	CATSER	MÉDIA (R\$)
131	HILUX CD 4X4	TOYOTA	2011	2012	OGO-3701	429914504	8AJFR2209C4555417	DIESEL S10	22764	R\$ 2.232,80
132	HILUX CDSR 4X4	TOYOTA	2019	2020	RBM-9F48	1217303712	8AJKA3CD1L3073272	DIESEL S10	22764	R\$ 2.795,29